

ACTA N.º 21

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 11 DE OUTUBRO DE 2007:-----

----- No dia onze de Outubro do ano dois mil e sete, nesta cidade de Mealhada, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal de Mealhada, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Senhor Carlos Alberto da Costa Cabral, Presidente da Câmara Municipal, com as presenças da Senhora Vice-Presidente, Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e dos Senhores Vereadores, José Carlos Calhoa Morais, António Jorge Fernandes Franco, João Fernando Oliveira Pires e Carlos Alberto Gonçalves Marques. O Senhor Vereador Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques, não esteve presente, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. - Secretariou a reunião a Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, Cristina Maria Simões Olívia, coadjuvada pela Técnica Superior de 1ª Classe, Maria de Laçatele Mendes Ferreira e Godinho. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Exmo. Presidente da Câmara, pelas 14 horas e 30 minutos, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1) O Senhor Vereador João Pires interveio para colocar as seguintes questões: -----

- Devido ao arranjo e melhoramentos realizados na Rua das Padeiras, após a execução das obras do LIDL, verifica-se que os automóveis circulam em excesso de velocidade, tendo sugerido a colocação de um sistema que condicione a velocidade; --
- Na Rua Vale Pires e Rua da Catraia, no Luso, os moradores reclamam devido ao mau estado da estrada que dificulta o trânsito no local; -----
- Sobre as obras no Campo do Grupo Desportivo de Mealhada, disse que embora na última reunião da Câmara Municipal se tenha afluído o assunto, não podia deixar de voltar a falar no assunto, por achar que a actuação da Câmara Municipal deixou muito a desejar. Começa pelo facto de esta Direcção nunca ter sido consultada sobre o projecto, o que lhe parece estar errado, pois são os seus elementos que melhor saberão das necessidades e das funcionalidades que devem ser contempladas. O Presidente da Direcção só teve conhecimento dele, porque por sua iniciativa se dirigiu à Câmara para o consultar. Com a destruição da bancada e dos balneários, a Direcção ficou com problemas acrescidos, pois para além de ficarem sem a fonte de

rendimento do bar, algumas pessoas deixaram de ver os jogos, como até aqui, uma vez que deixou de haver bancada coberta, logo menos rendimento, e deixaram de poder utilizar, como até agora, os balneários antigos. Como acabaram de acolher mais uma equipa, a de futebol feminino, o que é de louvar, ficaram sem balneários para todos. Referiu ainda, que perante estes factos, o Presidente do GDM solicitou ajuda ao Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, para ultrapassar estes problemas e a única resposta que obtive é que isso eram problemas do clube e só ao clube cabia resolver. Resposta como a que citou e a actuação correspondente, não é compatível com uma Câmara que se diz socialista e que diz que está ao serviço da população, pois só estaria a servir uma população ao contribuir para a resolução destas questões. Isto e outras actuações recentemente levadas a cabo, demonstram que a vontade de servir o Concelho e a população é mesmo muito, muito pouca. -----

O Senhor Presidente referiu que não se deve misturar futebol com a política e que o Campo é Municipal embora seja utilizado pelo GDM. -----

O Senhor Vereador João Pires voltou a intervir referindo que, uma vez que o GDM perdeu o espaço destinado ao bar, onde confeccionavam as refeições aos jogadores, o que neste momento não podem fazer, a Câmara Municipal poderia tentar junto do empreiteiro a possibilidade de cedência de contentores. -----

O Senhor Presidente disse que depois de tudo o que ouviu, só pode concluir-se que o ideal seria não se fazerem quaisquer obras no Campo Municipal. Acrescentou que a obra de beneficiação das instalações, que se encontravam degradadas, vai mudar radicalmente o que existe, melhorando de forma assinalável a qualidade das instalações desportivas municipais. Rematou a sua intervenção, dizendo que o assunto não merece que se perca tempo a discuti-lo, uma vez que não é possível construir uma bancada e restantes instalações de um dia para o outro. -----

O Senhor Vereador João Pires disse que dava também por terminada a sua intervenção, por o Senhor Presidente entender que não se deve perder tempo com o assunto. -----

O Senhor Vereador António Franco esclareceu que o Presidente da Direcção do GDM teve conhecimento do projecto e nunca sequer o criticou. Sobre o pedido de apoio, o GDM apenas enviou ofício a dar conhecimento de alguns problemas que iriam ocorrer por força da execução das obras. O Presidente da Direcção teve conhecimento de que as obras se iriam iniciar ainda esta época. Referiu ainda que, quanto a contentores a colocar, não poderia ser a Câmara Municipal a alugá-los para uso do GDM. -----

O Senhor Vereador João Pires reafirmou o seu desacordo com o procedimento da Câmara Municipal neste processo. -----

A Senhora Vice-Presidente disse que o clube sempre manifestou o interesse na construção das bancadas, pelo que a câmara se empenhou em satisfazer tal necessidade. Por isso, a Câmara Municipal entendeu que, sendo o campo municipal, assim que fosse possível deveria assumir a execução das obras. Agora que as obras se estão a iniciar, vêm de forma caricata e anedótica manifestar-se contra as obras porque têm prejuízos com a sua execução, e que não têm condições para desenvolver a actividade normal. É do senso comum que quaisquer obras causam prejuízos e incómodos, para mais tarde trazerem benefícios. -----

2) O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que os Vereadores do PSD não entendem porque razão existe, por parte da Câmara Municipal, uma incapacidade muito grande em dialogar com as pessoas, e os exemplos evidentes são o Carnaval, a ACIM e o Campo de Golfe. Quanto ao Campo de golfe perguntou para quando se previa o agendamento da reunião prevista para Setembro com a Associação dos Proprietários dos terrenos, tendo o Senhor Presidente respondido que estava a aguardar que os técnicos responsáveis pela execução do Plano de Pormenor pudessem assegurar a sua presença, o que não será possível até final de Outubro, pelo menos, facto que foi transmitido à Direcção da Associação dos Proprietários. -----

A Senhora Vice-Presidente disse que não existe incapacidade para dialogar, existe sim uma vontade inexplicável de algumas pessoas em fazer passar essa ideia e em criarem problemas onde eles não existem. -----

3) O Senhor Vereador Carlos Marques voltou a intervir, referindo, sobre a Associação de Carnaval, que a Câmara Municipal divulgou uma Nota à imprensa no sentido de dar a conhecer o protocolo promovido pelo Senhor Presidente, publicado no Jornal da Mealhada, como publicidade paga com o dinheiro do Município. Referiu ainda, que o Senhor Presidente vive uma situação difícil sob o ponto de vista político e que esta maneira de estar na política não é a mais correcta. -----

O Senhor Presidente respondeu que mandou publicar no jornal, o texto tal como foi aprovado pela Câmara Municipal, pois outra coisa não deveria fazer, visto ser uma deliberação da Câmara Municipal. -----

4) O Senhor Vereador Carlos Marques disse ainda que foi deliberado pela Câmara Municipal, que o Senhor Chefe da Divisão de Obras Municipais, Eng.º Calisto informasse por escrito sobre a reclamação apresentada pela empresa Marvoense,

pelo que gostaria de saber se já foi feita essa informação, tendo o Senhor Presidente dito que ainda não foi entregue qualquer informação pelo Senhor Chefe de Divisão nesse sentido e logo que a receba, de imediato a remeterá à Câmara Municipal. -----

5) O Senhor Vereador Calhoa Morais referiu, a propósito da afirmação do Senhor Vereador Carlos Marques de que a Câmara Municipal teria dificuldades em lidar com as associações, não concordar, porque se existem dificuldades é na possibilidade de satisfazer exigências, dado que muitas das vezes são muitas, para além do que é possível e razoável. -----

6) O Senhor Presidente transmitiu à câmara Municipal ter sido informado, que na próxima segunda-feira, às 12 horas, vai ser assinado um protocolo no Governo Civil de Aveiro, entre o Ministério da Saúde, Segurança Social e Santa Casa da Misericórdia da Mealhada, para 20 camas de cuidados continuados no Hospital. Estava previsto inicialmente que o protocolo fosse assinado no Salão Nobre da Câmara Municipal, mas acabou de ser informado pela Segurança Social e pelo Governo Civil que a pedido da Santa Casa da Misericórdia, foi alterado o local para Aveiro, alegando a Santa Casa que existe um litígio com a Câmara Municipal. -----

7) O Senhor Presidente referiu que há algum tempo foi sugerido pela Santa Casa da Misericórdia que a Câmara Municipal adquirisse o terreno onde funciona o Mercado da Mealhada, que é propriedade da Misericórdia. Mais informou que solicitou a avaliação do terreno a um perito da lista oficial do Tribunal da Relação de Coimbra, pelo que já deu conhecimento dessa avaliação à Santa Casa da Misericórdia, aguardando uma resposta. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais tomou a palavra para dizer que numa reunião com a Mesa da Santa Casa da Misericórdia, foi pedido o empenhamento do Senhor Presidente da Câmara Municipal para que se concretizasse o protocolo com o Hospital, para 20 camas de cuidados continuados. Acrescentou que neste processo a Câmara Municipal só tem levado “porrada”, pois até à última hora é informada de que o protocolo será assinado no Governo Civil de Aveiro. Disse que gostava de saber por parte da Mesa da Misericórdia a razão a razão do tal litígio que está na base da não assinatura do protocolo na Mealhada. -----

O Senhor Vereador João Pires referiu que essa alteração foi deselegante para com a Câmara Municipal. -----

O Senhor Presidente disse que desconhece o litígio a que se terá referido a Santa Casa da Misericórdia. -----

ATENDIMENTO DO PÚBLICO: -----

1) Esteve presente a Senhora D. Cacilda Madeira Rodrigues, residente na Rua Marinha Moura Pimenta, no Luso, para solicitar a intervenção da Câmara Municipal no que respeita ao estacionamento de automóveis em frente à porta da sua residência, uma vez que o seu marido está acamado, necessitando periodicamente de se deslocar às consultas. Os automóveis estacionados causam transtorno aos bombeiros para poderem transportar o marido. Comunicou ainda que no Luso continuam a aparecer cães mortos por envenenamento. -----

O Senhor Presidente referiu que sobre o estacionamento em frente à habitação da munícipe, o assunto vai ser analisado pelos serviços de trânsito. Quanto ao envenenamento dos cães, dessa situação irá ser dado conhecimento à GNR. -----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, para produção de efeitos imediatos, aprovar a acta da reunião anterior (acta n.º 20), após se ter procedido à sua leitura. -----

2. ADAPTAÇÃO DO MAPA DE RUÍDO AOS NOVOS INDICADORES, PREVISTO NO REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – DECRETO-LEI N.º 9/2007, DE 17 DE JUNHO - INFORMAÇÃO. -----

A Câmara Municipal analisou a informação de 4/10/2007, da Senhora Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, bem como o Mapa de Ruído do Concelho da Mealhada. -----

O Senhor Presidente interveio para referir que a lei permite a aprovação destas medidas, antes da aprovação da Revisão do PDM em que posteriormente se irão integrar. Disse ainda, que este Mapa de Ruído irá beneficiar os munícipes, pois passa a ser integrado nos processos de licenciamento de obras particulares e não só. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Ruído do Concelho de Mealhada. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

3. PROTOCOLO CÂMARA MUNICIPAL DE MEALHADA / ACIM. -----

O Senhor Presidente interveio para referir que a Câmara Municipal não tem capacidade orçamental para contribuir com um subsídio no valor de 58.594,00€, correspondente ao diferencial entre o apoio recebido do IAPMEI e o que foi gasto, segundo informação constante do ofício da Associação Comercial e Industrial da

Mealhada-ACIM. Acrescentou que a Câmara Municipal deverá, ainda assim, ponderar sobre o subsídio a atribuir, pois estas iniciativas levadas a efeito pela ACIM têm muito mérito, devendo por isso ser apoiadas. -----

O Senhor Vereador João Pires referiu que ao analisar o documento enviado pela ACIM verificou que o mesmo não responde às solicitações feitas pela Câmara Municipal e, aprovadas em anterior reunião, no que se refere concretamente ao envio de elementos complementares dos itens que foram indicados. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que, de acordo com o que foi deliberado pela Câmara Municipal em anterior reunião, a ACIM deveria ter apresentado os encargos de cada projecto e não o valor na globalidade. -----

O Senhor Presidente disse que foi informado que a ACIM apresentou uma candidatura com o valor global para as iniciativas e que competirá ao IAPMEI analisar cada um dos elementos de despesa. -----

A Senhora Vice-Presidente referiu que é do conhecimento de todos que a ACIM organizou os vários eventos, tendo efectuado várias acções. Esta exposição da ACIM, apresenta um valor global das acções desenvolvidas no âmbito do MODCOM. -----

O Senhor Presidente referiu que no seu entender, será mais eficaz considerar a atribuição de um subsídio na globalidade e não caso a caso nestas acções. -----

O Senhor Vereador João Pires voltou a intervir para perguntar se a ACIM quando se candidatou já teria conhecimento do apoio da Câmara Municipal, tendo o Senhor Presidente respondido que a Câmara Municipal é parceira da associação, embora a ACIM não soubesse qual o valor a ser atribuído e que este apoio resulta do protocolo aprovado pela Câmara Municipal e subscrito com a ACIM. -----

A Senhora Vice-Presidente referiu que no âmbito do MODCOM, as empresas também podem concorrer tendo em vista a obtenção de apoio para a dinamização do comércio local. Salientou que a candidatura da ACIM visa o desenvolvimento de acções de promoção, de modernização e revitalização da actividade comercial, nos centros urbanos do Luso e Mealhada, através de acções de animação, de dinamização e de divulgação. Referiu ainda que, para esclarecimento dos menos atentos, a existência da ACIM se deve ao empenho e envolvimento da Autarquia, por considerar uma necessidade a existência de uma Associação Comercial e Industrial no Concelho. -----

O Senhor Vereador João Pires voltou a intervir, referindo não ver inconveniente no apoio, desde que seja garantida a continuidade e o sucesso dos eventos a realizar pela ACIM. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir à ACIM o subsídio de 40.0000,00€. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que os Vereadores do PSD, votaram a favor da atribuição do subsídio, na condição de a ACIM assumir o compromisso de continuar a assegurar no futuro a realização dos eventos. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

4. CONCURSO PÚBLICO DE ATRIBUIÇÃO DE LICENÇA DE TÁXI PARA UMA VAGA DO CONTINGENTE DE CARQUEIJO. -----

A Câmara Municipal analisou a informação n.º 30/SP/07, de 08/10/2007, da Senhora Técnica Superior de Direito, bem como o Relatório do Júri de Concurso, sobre o assunto mencionado em epígrafe, e deliberou por unanimidade, atribuir a licença de táxi para uma vaga do contingente do Carqueijo - Freguesia de Casal Comba, ao concorrente Avelino Cerveira de Campos, Lda. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

5. LIBWARE - DONATIVO. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar o donativo no valor de 600,00€, concedido pela empresa LIBWARE – Tecnologias de Informação e Documentação, Lda., para apoiar a realização do Campeonato Europeu de Hóquei em Patins Feminino. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

6. MARIA FERNANDA LOPES LINDO PIRES – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE PASSE ESCOLAR - DESPACHO. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente, de 4/10/2007, que deferiu o pedido de isenção do passe escolar do aluno Emanuel Lindo Silva Pires, por insuficiência económica, conforme informação da Técnica de Serviço Social. -----

7. EXPOSIÇÃO DE HELENA VIANA - INFORMAÇÃO. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação, de 25/09/2007, da Senhora Fiscal Municipal e do Técnico de Serviço Social, sobre a exposição apresentada pela Senhora Helena Viana, na reunião pública da Câmara Municipal realizada em 13/09/2007. -----

8. ESCRITURAS DE COMPRA E VENDA DE TERRENOS - INFORMAÇÃO. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento da celebração da escritura de compra e venda de terreno, que a seguir se indica: -----

- Em 24/08/2007, de compra e venda de parcela de terreno rústico, de um prédio inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Luso, sob o número 1199, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mealhada sob o número 2697, propriedade de Avelino Rodrigues Alexandre casado com Maria Helena das Neves Bernardes Alexandre, residentes na Freguesia de Eiras, Município de Coimbra, pelo valor de 999,00€; -----

9. REGISTO DE PAGAMENTOS. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos pagamentos efectuados de 1 a 30 de Setembro de 2007, no valor de 959.103,07€. -----

10. IGAT – INSPECÇÃO ORDINÁRIA SECTORIAL AO MUNICÍPIO DA MEALHADA: -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos Pareceres e do Despacho sobre o Relatório da Inspeção Ordinária Sectorial ao Município da Mealhada. -----

O Senhor Presidente interveio para deixar uma palavra de agradecimento aos Técnicos, Chefes de Divisão, ao Pessoal Administrativo, da Câmara Municipal de Mealhada, que ao longo destes anos têm intervindo nos processos de licenciamento de obras e loteamentos urbanos e de aquisição de bens e serviços, o que permitiu que fosse elaborado um relatório com 3 páginas e em que todas as observações feitas em sede do contraditório pela Câmara Municipal foram atendidas. Acrescentou que a cobardia, a hipocrisia, a delação, de nada valem, quando a verdade vem ao de cima, pois a empresa Rego & Vieira, Construções, referida no Relatório, nem sequer existe.

O Senhor Vereador António Franco referiu que é com satisfação que se recebe um Relatório com este conteúdo, o que se fica a dever a todos, funcionários e políticos. ---

A Senhora Vice-Presidente referiu que os funcionários executam, e os políticos decidem. Disse achar estranho que, quando a inspeção da IGAT esteve na Câmara Municipal, todos os jornais tenham noticiado essa inspeção. Todos os olhos se viraram para a Câmara Municipal e algumas pessoas ficaram à espera de que se encontrasse alguma ilegalidade. Este Relatório prova que não foram cometidas ilegalidades, e espelha o rigor, o cumprimento dos procedimentos legais e o profissionalismo dos técnicos da Autarquia. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que os Vereadores do PSD adoptam no Executivo uma atitude séria, que é a de fazer uma crítica construtiva, não abdicando do direito de criticar o que consideram estar mal feito. Sendo uma oposição responsável, os Vereadores do PSD congratulam-se com o conteúdo do Relatório, dizendo que partilham da posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal quando achou por bem dar uma palavra de reconhecimento aos funcionários da Câmara Municipal a propósito dos resultados desta inspecção. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais ditou para o seguinte: -----

“- quero dar o meu agradecimento pessoal a todos os funcionários; -----

-- este relatório é um prémio para todos os munícipes que confiaram no Partido Socialista e nestas pessoas para estarem à frente dos destinos do Concelho; -----

- politicamente falando, gostem ou não gostem, atrevo-me a dizer que isto é um salvo-conduto para um novo mandato, porque a nossa maior publicidade são estes documentos abonatórios, tal como foi o Anuário Financeiro dos Municípios, este Relatório e o da Inspeção de Finanças. Não é com notícias frouxas ou encomendas que nos deitam abaixo; -----

- gostaria de lançar um desafio à Oposição e aos Órgãos de Comunicação Social para fazerem neste caso, sem favor algum, a mesma publicidade que fizeram aquando da apresentação do Relatório da Inspeção de Finanças; -----

- solicitar a um munícipe, de quem sou amigo, e que já foi Presidente da Câmara, que tenha agora a coragem de dizer o que pretendia que a IGAT visse e que não viu.” -----

11. LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES – ANÁLISE DE PROCESSOS DE OBRAS: -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos de obras particulares deferidos, por despachos do Senhor Vereador Calhoa Morais, proferidos de 27 de Setembro a 10 de Outubro de 2007, no exercício das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Presidente da Câmara no Despacho n.º 09/2006, de 20 de Março de 2006. -----

PROCESSO DE OBRAS N.º 896/2002 – MANUEL PEREIRA FILIPE, CONSTRUÇÕES LDA. (DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE). -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos previstos no n.º 5, do art.º 71.º, do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, após ter sido notificado sem sucesso o requerente, para se pronunciar em sede de audiência prévia, declarar a

caducidade da licença concedida no âmbito do processo supra referenciado, com base nos fundamentos constantes da informação técnica da Senhora Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, de 27/09/2007. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

PROCESSO N.º 20-2005-06 (LICENCIAMENTO E AUTORIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO E OBRAS DE URBANIZAÇÃO) – CARLOS JOÃO SILVA MADEIRA DE OLIVEIRA E OUTROS. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de 27/08/2007, para efeitos de recepção provisória das obras de urbanização, tituladas pelo Alvará n.º 1/2007, que se dá como integralmente transcrito, mantendo-se, como garantia de boa execução das obras de urbanização, uma caução a favor da Câmara Municipal no valor de 359,41€, contando-se a partir da data de homologação o prazo de garantia de 5 anos, para efeitos de recepção definitiva. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

----- E, não havendo mais assuntos a tratar foi pelo Senhor Presidente da Câmara declarada como encerrada a reunião, pelas 17,30 horas. Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, _____, Cristina Maria Simões Olívia, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, e pelo Senhor Presidente da Câmara, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.
